

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

Milena Dias¹

A presente resenha trata do livro *Mulheres, Raça e Classe*, publicado pela primeira vez em 1981 e escrito pela autora Angela Davis, que foi uma filósofa, escritora e ativista estadunidense. Devido à constante luta que travou pelos direitos civis da população negra, foi presa vítima de um mal entendido e considerada uma das dez pessoas mais procuradas pelo FBI. Teve a sua inocência comprovada após dezoito meses de cárcere e se tornou autora de vários livros. Davis pode ser considerada uma das mulheres de maior relevância para os movimentos sociais que visam o combate às desigualdades de gênero, raça e classe, em todas as suas dimensões e extensões, além de exercer significativa proeminência nos estudos interseccionais.

Davis evidencia que as opressões de gênero, raça e classe não são entidades separadas ou hierárquicas em suas complexidades; ao contrário, são abusos entrelaçados que se combinam para sustentar os projetos de dominação de classe do modo de produção capitalista e escravagista. Tal projeto acarreta nas inúmeras revoltas e movimentos em prol dos direitos humanos, da justiça social e da abolição da escravatura, lutas estas principiadas por muitas figuras femininas negras, as quais nem mesmo são reconhecidas legitimamente pelos documentos da história oficial. Conforme Djamilia Ribeiro (2016), é fundamental pensar de que maneira ocorre a combinação e o entrecruzamento das opressões, pois, ao se entrecruzarem, mais formas de opressões são geradas. Logo, é necessário discutir e refletir sobre outras possibilidades existenciais.

No primeiro capítulo, intitulado *O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher*, Davis destaca que, embora a partir de 1970 o debate e a atividade intelectual sobre a escravidão tenham expandido nos Estados Unidos, nenhum pesquisador se dedicou a estudar especificamente a questão das mulheres escravizadas e suas experiências. A dedicação a este tema foi tida como crucial para a filósofa, a qual levou em consideração que poderia propiciar com tal discussão um amplo entendimento acerca da atual luta das mulheres negras e de todas as mulheres que buscam a emancipação.

Desse modo, algumas hipóteses são apontadas por Davis. A autora destaca que o sistema escravagista considerava todas as pessoas negras como unidades de trabalho

¹ Milena Dias Andrade Nascimento – Pós Graduada em Terapia Cognitivo-Comportamental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário AGES - Email: milenadiaspsi@gmail.com.

lucrativas, independente do gênero (p. 17). Contudo, quando convinha aos senhores brancos, as mulheres negras, além de serem exploradas no trabalho, em condições equitativas às dos homens, eram vítimas de abusos sexuais e maus tratos que só poderiam ser direcionados a elas. Assim, quando era conveniente explorá-las em atividades frequentemente destinadas a homens, o gênero feminino não era posto em consideração, entretanto, quando o corpo da mulher poderia ser maltratado de forma apenas cabível à sua condição feminina, as escravizadas eram reduzidas a isto.

Apesar da crueldade, barbaridade, insanidade e desumanidade do sistema escravagista, Davis evidencia que o povo negro lutou e resistiu, por meio de fugas, sabotagens e revoltas. É demarcado que as mulheres e mães negras tiveram um papel relevante nas lutas de resistência, a exemplo de Margaret Garner, escravizada que preferiu matar sua filha do que permitir que a mesma alcançasse a vida adulta experienciando e sendo submetida à tragédia da escravidão.

Ao longo de sua obra, Davis elucida que várias mulheres brancas foram a favor da abolição da escravatura a partir da década de 1830. As mulheres brancas e pobres, que trabalhavam em fábricas, eram exploradas em suas condições de trabalho, bem como recebiam baixos salários, o que é destacado pela autora como um ponto de partida para que estas mulheres começassem a se comparar às escravizadas e se associassem à luta antiescravagista, embora fossem nominalmente livres e a supremacia branca ainda imperasse em suas mentalidades.

Essa aparente “percepção de justiça” das mulheres brancas é colocada em questão por Davis, ao passo em que a autora evidencia os conflitos que surgiram entre as mulheres brancas e os homens negros. Diante do iminente direito de voto aos homens negros, o qual as mulheres brancas não obtinham, as mesmas acreditavam que o sufrágio negro iria igualar a população negra às mulheres brancas, afirmando que o voto dos homens negros os tornaria superiores a elas. Essa concepção das mulheres brancas, indiscutivelmente racista, se revelou, sobretudo, na oposição das mesmas ao sufrágio negro.

Ao explicar sobre as questões de raça e classe no princípio da campanha pelos direitos das mulheres, Davis menciona que “(...) O movimento pelos direitos das mulheres foi principalmente inspirado – ou até mesmo provocado – pela intolerável supremacia branca no interior da campanha antiescravagista” (p. 62). Portanto, a luta antiescravagista contribuiu para que as mulheres brancas notassem a sua própria opressão. Esse é um ponto da obra que demonstra quão importante pode ser uma análise interseccional.

É explicado por Davis que, mesmo após um quarto de século da abolição da escravatura, muitas mulheres negras ainda trabalhavam na agricultura e não possuíam outras

oportunidades de trabalho que não fossem no campo ou realizando serviços domésticos para as famílias brancas, em condições que traziam o familiar aspecto da escravidão (p. 99). Nesse contexto, Davis chama a atenção para o fato de que, desde o período escravagista, o trabalho doméstico é visualizado como humilhante e degradante porque tem sido realizado ao longo da história, em significativa maioria, por mulheres negras, as quais são percebidas como imorais, inferiores e promíscuas. Logo, a desvalorização do trabalho doméstico tem sido sustentada pelo mito da promiscuidade e da inferiorização das mulheres negras.

Podemos observar, através de diversos trabalhos realizados no âmbito das Ciências Sociais, como esta perspectiva interseccional enriquece e afina as análises. Lorena Bezerra (2018), por exemplo, demonstra estatisticamente que não é possível pensar a pobreza no Brasil sem pensar no racismo e sexismo, tendo em conta que aparecem como categorias interrelacionadas, da mesma forma que o pensamento de Davis defende. Por isso, Bezerra (2018) relata que o feminismo negro e os estudos interseccionais contribuem e promovem mudanças positivas nas estruturas de dominação.

No Brasil, uma voz relevante dos estudos interseccionais é Lélia Gonzalez, que se responsabilizou por delinear um panorama acerca do entrelaçamento e manifestação das opressões de gênero, de classe e de raça no contexto brasileiro. O pensamento interseccional de Gonzalez (1984) contribuiu na reinterpretação do racismo no Brasil, o qual ela denomina de racismo à brasileira. Esta escritora, com o pensamento semelhante ao de Davis, destaca a partir das noções de psicanálise que a questão de preconceito racial no Brasil se refere a uma construção ideológica que desencadeia benefícios aos sujeitos brancos, estejam estes inseridos em qualquer classe social. Para Gonzales (1984), o privilégio racial é, para além de uma ideologia, um sintoma da neurose que perpassa a cultura do Brasil, que se considera uma sociedade branca ocultando a sua herança afrodescendente.

Partindo das discussões desenvolvidas ao longo dos capítulos do livro *Mulheres, raça e classe*, conclui-se que, para Davis, é imprescindível pensar não apenas em termos de classe, como é proposto pelo marxismo clássico, pois embora este seja um elemento importante, não é o único e nem o mais relevante para compreender a sociedade. É fundamental pensar em termos de gênero, classe e raça, com vistas a avançar na luta contra as multifacetadas formas de opressão e no alcance de uma sociedade mais justa, considerando que é inegável que essas três categorias se influenciam entre si e se interseccionam mutuamente.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, L. Gênero, Raça e Classe: um olhar interseccional sobre a violência simbólica no cotidiano da universidade. **Revista Feminismos**. Vol. 6, N.2, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p. 223-244, 1984.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. Sur: **Ensaio**s, 2016.